

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

SUMÁRIO

Errata ao Processo nº 0.100/ALE/13	02
Resoluções de Afastamentos nº 274 a 278/2014	02
Atos Legislativos	
Ata da 2302ª Sessão Ordinária - Íntegra	03

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA: ERRATA
ERRATA
PROCESSO N.º : 0.100/ALE/13
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 009/ALE/2013
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM ORGANIZAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL, VISANDO ATENDER A GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE RORAIMA. CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
CNPJ: 34 808 220/0001-68
CONTRATADO: A. A. DA SILVA EIRELI – ME
CNPJ Nº: 10.510.565/0001-72
OBS: Retificar a data da assinatura do contrato, publicado no Diário da ALE nº 1751 do dia 30/01/2014 onde se lê 12(DOZE) meses, leia-se 150 (CENTO E CINQUENTA) dias.

Boa Vista-RR, 08 de Maio de 2014.

Aias Viana Bento

Superintendente Administrativo

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 274/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento das servidoras **NIELMA TAVARES ALMEIDA, Matrícula 013494, MÔNICA DE OLIVEIRA MELO, Matrícula 013136** e **SARA PATRÍCIA RIBEIRO FARIAS, Matrícula 013116** para viajarem com destino ao município de Pacaraima, no dia 09.05.2014, com a finalidade de proferirem palestras junto Câmara Municipal daquele município, a serviço, porém, sem ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 275/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento do servidor **FRANCISCO PAES PEREIRA, Matrícula 014721** para viajar com destino aos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no período de 12.05 a 17.05.2014, com a finalidade de ministrar oficinas de capacitação de mídia escolar dentro do projeto “Mídia & Ação” para professores, estudantes e servidores das escolas públicas dos municípios supracitados, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 276/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento do servidor **FRANCISCO PAES PEREIRA, Matrícula 014721** para viajar com destino aos municípios de Rorainópolis e Caracarái, no período de 03.06 a 06.06.2014, com a finalidade de ministrar oficinas de capacitação de mídia escolar dentro do projeto “Mídia & Ação” para professores, estudantes e servidores das escolas públicas dos municípios supracitados, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 277/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento da servidora **ELIZA MARIA ALMEIDA DA SILVA, Matrícula 010680** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 13.05 a 17.05.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 278/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento das servidoras **DJENANE DE LEMOS MEDEIROS, Matrícula 000103** e **MARAIZA DOS SANTOS LENDENGUE, Matrícula 011698** para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 19.05 a 28.05.2014, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2302ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 2014.
47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA
MEDEIROS**

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – Não há quórum, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo quórum regimental para abertura dos trabalhos, suspendo a sessão pelo prazo de 10 minutos.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – Senhora Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido o Senhor Deputado Marcelo Natanael para atuar como Segundo Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Marcelo Natanael**) – (Lida a Ata).

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – O Expediente consta do seguinte, Senhora Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina de Medeiros, para implantação do ramal da Vicinal 01 - Confiança III – Município de Cantá.

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação ou construção das pontes relacionadas, localizadas no município de Iracema.

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina de Medeiros, para construção de uma ponte de madeira sobre o igarapé do Sabino – vicinal 01 – confiança III – Município do Cantá.

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina de Medeiros, para instalação de um transformador que atenda sete famílias de agricultores do final da vicinal 09, confiança III – Município de Cantá.

Requerimento s/nº /14, de 24/04/14, da Comissão Especial, criada através da Resolução nº 007/14, requerendo prorrogação de prazo por igual período.

Memorando nº 014/14, de 24/04/14, da Deputada Ângela Águida Portella, justificando ausência na sessão plenária do 24/04/14.

Ofício nº 009/14, de 24/04/14, do Deputado Marcelo Cabral, justificando ausência na sessão plenária do dia 24/04/14.

Indicação s/nº /14, de 24/04/14, do Deputado Brito Bezerra, para criação da Secretaria de Turismo do Estado de Roraima.

EXTERNOS:

Ofício Circular nº 002/14, de 24/04/14, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração, encaminhando cópia do decreto nº 16.967-E, que altera dispositivo do decreto nº 16.959-E.

Ofício Circular nº 004/14, de 28/04/14, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes de Roraima, informando a composição do CEDCAR.

Ofício nº 009/14, de 22/04/14, da Administradora de Ativos S/A – BANER, encaminhando Relatório Geral de Atividades, referente ao período integral de 19/01/12 a 21/04/14, estando contido, naturalmente, o 9º trimestre (período entre 22/01/14 a 21/04/14).

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor

Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – Senhora Presidente, não há nenhum orador inscrito para o Grande Expediente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia, para discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 017/2014, que “institui a Semana de Promoção e Prevenção em Saúde do Trabalhador e o Dia Estadual em Memória às Vítimas de Acidentes e Agravos, relacionados ao trabalho”, de autoria do Deputado Erci de Moraes.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões Conjuntas possam se reunir e apreciar o Projeto de Lei nº 017/14.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Dou por reaberta a Sessão.

Informo aos Senhores Deputados que a matéria não pôde ser apreciada por falta de quórum nas Comissões Conjuntas.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhora Presidente, na verdade, eu iria solicitar o tempo de liderança, mas terminei passando despercebido.

Eu só queria Senhora Presidente, registrar as matérias de hoje dos meios de comunicação no nosso Estado sobre a decisão do Tribunal de Contas concedendo uma liminar no que tange à aprovação dos seis seguranças do ex-governador José de Anchieta e daqui para frente. A repórter me procurou, e eu fiz questão de pautar a minha fala no seguinte sentido. Primeiro, porque entendi que era uma PEC feita no apagar das luzes, com cunho individualista, naquele momento, que era o governador José de Anchieta. Passou-me entender que estamos legislando para alguém, inclusive, propomos diminuir a quantidade de seguranças. Pedimos até que deixasse para depois, para votarmos com mais calma, assim como com a lei das terras, sobre a qual houve um entendimento por parte do Governo em retirar e estar fazendo o caminho correto hoje. Ela pode até nem vir melhor do que a lei anterior, mas vem com toda uma legitimidade dada pelas audiências públicas que estão sendo promovidas pela OAB, pelos movimentos sociais e pelo próprio governo. Talvez eu não tenha a experiência devida por ser de primeiro mandato, mas quero registrar junto ao Poder Legislativo essa cautela, isso desgasta o Poder Legislativo, uma liminar dada pelo próprio órgão auxiliar deste Poder. Sabemos que essa decisão do Tribunal de Contas pode ser revogada, mas já há outras ações tramitando na justiça e, naquele momento o Deputado Brito trouxe aqui “N” exemplos de proposta, PECs, leis parecidas com essa que foram declaradas inconstitucionais. Foi colocada naquele momento também essa discussão dos seguranças dos ex-presidentes desta Casa, ou seja, Deputado Joaquim, nós passamos por outro momento, cada dia há mais necessidade de dar publicidade, transparência ao dinheiro público. A sociedade não aceita mais. E, hoje, conversando com vários cidadãos durante o café da manhã, eu senti no semblante deles a felicidade pelo TCE ter suspenso, mesmo que através de liminar, essa PEC que, não tem como negar, privilegia diretamente nesse momento o ex-governador José de Anchieta.

Então, fica aí o alerta para esta Casa, temos que ter cautela, paciência. Temos todo tempo do mundo para votar a lei, fazer as devidas discussões. Só queria registrar o meu posicionamento.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhora Presidente, na próxima semana, estaremos nos deslocando à Brasília, a PEC 111 já foi aprovada na Câmara dos Deputados e foi para Senado para ser votada.

Eu fiz uma proposta aqui na tribuna, de nós formamos uma comissão e, já que vão vários Deputados para essa reunião da UNALE em Brasília, que se faça um contato terça, quarta e quinta-feira com os Parlamentares que compõem as bancadas do Amapá, de Rondônia e do Amazonas. Pediremos do Amazonas uma posição favorável a nós. A nossa bancada acabou de votar em peso na prorrogação da Zona Franca de Manaus. Pedir ao pessoal de Rondônia, do Acre, que nos apoiem nessa PEC importante para Roraima e para Amapá. Então, eu gostaria de fazer esse apelo, que seja criada a comissão com os que estão indo, para que a gente faça essa articulação junto à bancada desses Estados da Amazônia, os quais representam um terço no Senado Federal, para que a gente possa agilizar a votação da PEC.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito à Taquigrafia que registre e à Superintendência Legislativa que encaminhe a proposta da presidência à Primeira Secretaria.

Com a palavra o Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhora Presidente, eu, até pela função que me é dada, de corregedor, não posso e nem quero me omitir. Eu quero manifestar uma preocupação de que mais uma vez esta Casa parece estar virando tapera. Na Sessão anterior, haveria vinte Deputados

marcando presença no painel. Quando chegou a hora, tinha projetos em pauta e não teve quórum. Hoje, tem 17 Deputados marcando presença no painel. A mesma coisa, tendo projeto em pauta, não teve quórum. Até quando nós vamos continuar agindo dessa maneira sem adotar uma posição. Até com mais base no Regimento Interno, que dá cobertura para isso. Não havendo pauta, tudo bem que se releve, mas havendo, o correto era fazer a chamada dos que efetivamente compareceram até a hora em que foi se reunir a comissão conjunta. A partir daí, eu entendo que os outros não vieram à Sessão. Quer dizer, se nós continuarmos nessa coisa, não vamos mais votar, eu imagino que o Deputado sai quando quer. Então, era esse o reparo que eu gostaria de deixar e submeter à apreciação de Vossa Excelência, no sentido de aprovar uma providência mais rígida para que possamos, efetivamente, fazer esta Casa funcionar.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhora Presidente, eu só queria lamentar o falecimento do pai do Deputado Brito Bezerra, no interior do Ceará. E quero transmitir, de público, pêsames ao Deputado Brito e a toda sua família pela perda. Nordestino bravo e guerreiro que, com certeza, soube criar Vossa Excelência em cima da ética e da moral. E isso, hoje, reflete seu comportamento na sociedade, nesta Casa e no dia-a-dia. Então, eu quero, de antemão, registrar meus pêsames.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhora Presidente, solicito que a Casa faça uma nota de pesar pelo pai do Deputado Brito, em nome de todos os Parlamentares e funcionários da Casa.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, eu agradeço ao Deputado Sampaio, ao Deputado Joaquim e demais Deputados pelas palavras de conforto. Eu quero aqui dar as boas-vindas a todos da PEC 111, em nome da minha amiga, colega de trabalho há muito tempo: Josecilda Alves Teles. Trabalhamos juntos. Acredito que seremos contemplados, senão eu, mas ela, com certeza, pela PEC 111. Parabéns, essa é uma luta de anos. E, merecidamente, o Congresso Nacional aprovou o esforço do Josias, que também é um guerreiro. Quantas vezes encontrei o Josias em Brasília, naqueles gabinetes, pedindo pela aprovação dessa PEC. Sei a luta que é. Em um parlamento estadual, há dificuldade, às vezes, de inserir matérias na Ordem do Dia, imaginem no Congresso Nacional, onde há interesse de todos os Estados da Federação. Então, parabéns. Eu acredito que no senado, Deputada Aurelina, certamente, será aprovada. Não com essa demora toda, porque já passou pela Casa. A justificativa do nosso amigo, nobre Deputado Joaquim Ruiz, e a sugestão de fazer uma comissão especial são louváveis e necessárias. Vai ajudar, certamente, a dar celeridade a esse processo. No mais, eu gostaria, de por conta da reportagem sobre a PEC dos seguranças, dizer que nós trabalhamos muito aqui pela não aprovação, mas foi aprovada. Agora, reconhecidamente, o ex-governador perdeu os direitos a ter segurança e gozar do salário que receberia se essa PEC fosse efetivada. Portanto, eu acredito que se fez justiça. Quem ganhou não foram os Deputados de oposição que votaram contra, mas a sociedade de Roraima, porque a justiça prevalece. Obrigado, Senhora Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Eu vou usar daqui o expediente de Explicações Pessoais para levar nossas condolências ao Deputado Brito e dizer que já se encontra aqui, sobre a Mesa, a Moção de Pesar, que deverá ser assinada por todos os Deputados. Quero também levar o nosso apoio ao Deputado Marcelo Cabral e ao Deputado Chicão, que se encontra com suas genitoras hospitalizadas, em estado grave.

Quero dizer para o Deputado Erci que a posição dele sempre foi a minha posição, de querer zelar para que esta Casa ande bem. Acho até que, para alguns Deputados que não falem à Sessão nem apenas assinam o ponto, desestimula o fato de estarem aqui todos os dias. Por falta de quórum, a gente não pode realizar as tarefas próprias do Legislativo. Então, está registrado em ata, encaminhado à presidência desta Casa. A posição do Deputado Erci não é diferente da minha. Eu sempre tenho as minhas posições muito claras com relação a essa questão. Talvez eu seja uma das pessoas mais cri-cri com relação à presença de Deputados, cada um sabe qual é a sua função. Então, quero dizer para o Deputado Erci que consta em ata e será encaminhado ao Presidente desta Casa.

Com relação à PEC 111, tomara que tudo venha correr bem, mas eu fiquei preocupada. Acho que todo mundo estava assistindo à votação. Quando o Deputado Joaquim fala, “vamos pedir apoio”, acho que temos que ir. Não tem nenhuma ação desse tipo em que esta Casa tenha se furtado de fazer sua parte. Muitas vezes, cobrando dos Deputados Federais, principalmente, preocupou-me uma coisa. Um depoimento de um Deputado de Rondônia, dizendo o seguinte: Roraima e Amapá estão seguindo os nossos passos. Em outras palavras, era isso. Eu espero que não seja o engodo, como foi a Lei da PEC aprovada em Rondônia, onde se esperava colocar 20 mil servidores, mas até hoje entraram 32. Então, EU acho que o nosso esforço não é a aprovação da PEC, um passo primordial, mas, depois, as batalhas a travar. Não é só comemoração pela aprovação da PEC, mas efetivação da

mesma. O que mais a gente tem neste país são medidas de Constituição não obedecidas. São PECs que nunca vão a lugar nenhum. Eu acho que a luta é nossa, do nosso parlamento. Vamos buscar o apoio para que realmente depois da aprovação da PEC não aconteça o que aconteceu em Rondônia, o que me deixou extremamente assustada. Criar uma expectativa nos servidores, pais e mães de famílias que estão à vida inteira esperando por isso, preocupa-me muito. Vivemos em um Estado onde, nos meus vinte anos como Parlamentar, desculpem-me se estou errada, não estou fazendo a defesa de ninguém, ainda não tinha visto o Tribunal de Contas cassar uma Emenda à Constituição. Essa é a primeira vez. Para mim, é estranho um conselheiro conceder uma liminar contra uma Emenda à Constituição. Não estou entendendo mais nada. Não estou dizendo aqui que a Emenda Constitucional é certa ou errada, estou dizendo que ela existe e a Constituição prevê, não é a nossa, é a constituição Federal. Nunca fui Deputada dada a falatório ou a falar as coisas de forma politiqueria, mas acho que governadores que passaram aí até hoje tem segurança, se é demais ou de menos não sei, a gente tem policial segurança hoje até em comércio. Temos PM prestando serviços em comércio particular, aí começo ver a coisa, quando não é direita do começo, com muita preocupação. Começo a contestar até onde vai, até onde é séria ou até onde atende a interesses de A ou de B, não sei. Se for um, se não for nenhum, não faz diferença, porque nunca andei com segurança na rua. Mas, a coisa nesta Casa não pode ser isso. Acredito que seja aquilo que o Dr. Erci falou, a coisa está ficando tão desgastada que já estão fazendo graça. O Deputado Joaquim Ruiz estava me falando hoje sobre uma Lei que não está sendo cumprida na UERR porque o Conselho é soberano. Então, a gente começa a achar que nossa função é um nada. Eram essas coisas que gostaria de dizer e gostaria também que alguém, a Consultoria da Casa, informasse se o Tribunal de Contas pode cassar, com uma liminar, uma Emenda à Constituição, porque, inclusive, é matéria de Constituição Federal. Então, acho que é muito jogo, muito confete e pouca seriedade nas coisas do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** pede uma Questão de Ordem – Deputada Aurelina, parabéns por sua colocação neste dia. Acredito que temos mesmo que defender as posições desta Casa. Mas, gostaria de dizer a Vossa Excelência, li hoje uma decisão do Conselheiro Marcos Holanda e, pelo que entendi, na minha quase nada sapiência jurídica, ele concedeu a liminar pelos efeitos financeiros. No entendimento dele, há um possível prejuízo ao erário público. Essa liminar terá que ser julgada, logicamente, e, se mantendo, mantêm-se os efeitos da decisão que o Conselheiro tomou. No entanto, ela caindo, retorna o que está aprovado na Lei. Logicamente que, se ele der essa decisão, isso deve ir para o Pleno do Tribunal de Contas analisar o mérito da questão. Ele não entrou contra a PEC e sim contra os efeitos financeiros. Acho que consegui resumir, pelo que eu li e entendi da decisão. Tenho a cópia disso, depois posso lhe enviar uma. Vossa Excelência tem razão quando fala da PEC dos servidores. Eles já lutam por isso há tanto tempo, que nada mais justo do que comemorarem com suas famílias, mas, em um prazo rápido. Estava lendo que a PEC ainda tem que ir para o Senado em dois turnos, mas não enxergo dificuldade no Senado, acho que a dificuldade maior era na Câmara, até pelo número de parlamentares que iriam votar. Havia também uma resistência do Governo Federal em deixar isso passar, e há ainda. Mas devemos pensar que isso ainda vai para o Senado em dois turnos, em um ano de eleição, o que no meu entendimento, favorece, porque os Senadores vão querer fazer essa média com os servidores. O Governo Federal tem cento e oitenta dias para regulamentar isso, ou seja, seis meses, mas não sei se vai fazer, porque resiste em assumir o que é de responsabilidade dele, nunca quis assumir, ficou adiado até hoje. Mas, acho que pelo menos estamos ganhando a batalha, já ganhamos a primeira e agora vamos para a segunda. Fico me lembrando da Lei das Terras, foi aprovada em 2001, aí ficou na 10304, a Lei da Marluce, as quais tinham também cento e oitenta dias para regulamentação, mas levou oito anos, com o decreto 6754. Então, a gente já tem um mau exemplo do Governo Federal. Sejam vigilantes, Josias Licata e servidores. Esse é um alerta para vocês. Marquem cerrados quando passar no Senado. Marquem os centos e oitenta dias, porque o Governo Federal não vai querer fazer isso dentro do prazo. Obrigado.

A Senhora Presidente, Deputada (**Aurelina Medeiros**) – Tenham a certeza de que nós estamos não só torcendo por vocês, mas também o que for possível a esta Casa fazer, nós faremos. O que queremos é a vitória de vocês, que é a vitória do Estado de Roraima. A gente torce muito por isso. E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 30, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta Aprovada em: 30/04/2014